

*Ainda a tinta não secou, mesmo antes de sequer a Constituição entrar em vigor, já os protestos se fazem ouvir. Outra coisa não seria de esperar. Na verdade fazendo das suas fraquezas forças, o regime frelimista conseguiu alcançar uma vitória política que se afigura, para alguns, como decisiva. Vitória que os seus inimigos não lhe podem perdoar. É que a uma vitória corresponde...*

## UMA DERROTA CONFESSADA

SIGAWULE MUYENDZI

**1.** Era a posse do primeiro Presidente da República moçambicano. Dias antes, o Comité Central da Frelimo aprovava a Constituição. Chegara a hora de Samora Machel jurar cumprir as suas obrigações. E, assim, revelar os seus poderes. Lidos em voz alta na Praça recheada de gente, eles sucediam-se, numerosos e impressionantes. Para aqueles que tinham vivido um salazarismo feito de poder pessoal sem limites, a lista não podia de deixar de inspirar receios. Um amigo, a nosso lado, pálido, murmurava: «Mas... e se fosse outro Presidente, já viste? Neste, nós ainda podemos confiar...»

Passados dezasseis anos, os receios parecem regressar. Mais uma vez, uma Constituição dá ao Presidente poderes que anunciam uma dependência de tudo e de todos para com um só. E muitos se interrogam de novo: Com Chissano, não há problema. Mas, e se for outro?»

Tal como sucedeu com o Presidente anterior, parece agora que a «magia» do Chefe voltou a influenciar a elaboração da Lei máxima do país. Sem esquecer a alegada «tradição africana» que leva à submissão passiva até perante tiranos, não olvidando as influências americanas de «presidencialismos modernos e democráticos», há no entanto que ter em conta um elemento conjuntural que parece ser o que mais marca esta opção.

**2.** O principal parece ser pois o momento em que é aprovada a Constituição. Momento de crise do Poder. Crise política que afecta, antes do mais, o Partido Frelimo. Um Partido desacreditado, em riscos de autodissolução, sem a coragem sequer de esboçar um programa ideológico assumido, perante uma guerra que confessa não conseguir vencer, o Partido estrebucha então em movi-



*Cena a repetir-se?*

mentações que procuram, a todo o custo, garantir unicamente a sobrevivência. A sobrevivência possível.

Morto Samora, à liderança absoluta sucedeu o vazio. Foi então a altura para uma solução de compromisso. Ameaçada de naufrágio, a tripulação deste «navio quase fantasma», apressou-se a procurar um novo comandante. Mas, teria que ser um comandante que a todos satisfizesse. E, «todos» significava essencialmente gente que se defrontava já. Por outro lado, era preciso um comando que, de algum modo, desorientasse a pirataria circundante... Alguém que, mais do que mandar, soubesse ouvir. No fundo, alguém «influenciável», isto é, «manobrável».

**3.** Chissano, como todo o seu percurso feito de longos e ambíguos silêncios, surgiu como a única alternativa. Todos os sectores do Partido eram unânimes em que o poderiam facilmente manejar. Com a vantagem de ele possuir uma imagem credível interna e internacional de «moderado» (embora nunca ninguém fosse capaz de provar isso fosse como fosse). Assim, os «radicais» e os «não radicais», os «conservadores» e os

outros, os sinceros e os oportunistas, os que sim e os que não, todos enfim, respiraram de alívio. Afinal de contas, bastava de Samoras! Chegara a hora de uma nova política. Menos «revolucionária», mais subtil, mais de «nós todos». «Frentista», diziam.

O consulado de Chissano veio provar que a ambiguidade, de que todos supunham vir a servir-se, acabou por ser a arma principal para que o seu poder pessoal fosse crescendo. A divisão interna, no Partido e no Governo, fez o resto. E a Frelimo, a meter água, não teve outra saída senão «ancorar-se» em Chissano. Também para incómodo deste, diga-se.

Quando chegou a altura de elaborar uma nova Constituição, ninguém no seio do Partido (ninguém responsável) estava já capaz de se atrever a avançar outras soluções. E, curiosamente, assistiu-se a esta situação, à primeira vista contraditória: para aqueles que queriam a todo o custo a sobrevivência da Frelimo (a antiga), Chissano era indispensável; para os outros, que estavam dispostos a sacrificar o Partido (para a direita ou para a esquerda), não aparecia outra alternativa senão «pendurarem-se» no Presidente para os ajudar a

controlar essa autodissolução.

**4.** É claro que se levantaram algumas vezes mais ambiciosas e atrevidas para, aqui e ali, tentarem forçar o andamento lento de Chissano. Pensavam que era possível, e necessário, levar o Presidente a «decidir-se». Para o seu lado, naturalmente. E enganaram-se. Esqueceram-se até que a função faz o homem. Em especial, se o homem é uma personalidade não carismática, não «iluminada», isto é, se é um homem que, para sobreviver, tem de assumir até aquilo com que não concorda, nem deseja. Em suma, um Presidente partidário (ainda, mas) sem características de «personalidade excepcional», acaba por ter de portar-se como «homem de Estado».

Veja-se só um exemplo recente. Na discussão da polémica Lei da Nacionalidade, um deputado, Armando Guebuza, muito próximo do Presidente (pessoal e politicamente) procurou um forcing, procurou «encostar à parede» o seu amigo e chefe, insistindo com uma lei racista e discriminatória. Lei que Chissano, sem quase parecer intervir, como é do seu estilo, já havia contornado. Tratava-se assim de obrigar Chis-

sano a tomar posição. E assim dar a vitória a um sector do Partido contra outro. Sensível acima de tudo à opinião internacional que a sua posição de Chefe de Estado dum país da África Austral lhe impõe, Chissano rejeitou a proposta. E fez mais ainda, para que ficasse claro o caminho que a Assembleia devia tomar: acrescentou uma emenda que era a negação da proposta de Guebuza! E a Assembleia percebeu. Contra vontade ou não, votou por Chissano.

Tal como dezasseis anos antes, o Comité Central elaborou uma Constituição «pronta a vestir» à medida de Chissano, desta vez. À Assembleia só restava aprovar porque Chissano é para a Frelimo actual (essa manta de retalhos que nada tem de Partido) a única solução. **A Constituição é pois a vitória absoluta de Chissano.**

**5.** E a vitória de Chissano representa, em primeiro lugar, a sua garantida reeleição como Presidente da República. Ou seja, o Partido vota em Chissano quando vota na Constituição, e vota na Constituição porque tem de votar em Chissano. Com isso a Frelimo também julga estar a prolongar o seu mandato. Se isso vai linearmente assim continuar, isto é, se Chissano vai responder a este apelo desesperado, mantendo-se como candidato do Partido e no Partido, é coisa mais controversa para muitos. Contra a fé dos militantes da continuidade da Frelimo, existe a hipótese nada absurda que aponta para um Chissano a seguir o exemplo de Aristides Pereira (ou de Mário Soares, ou de Mitterrand), desligando-se do Partido e reivindicando então a independência pessoal absoluta. É a isso que a actual Constituição abre caminho. É verdade que a Frelimo não é o PAICV, é verdade que este não pre-

cisa tanto de Aristides, como aquela guerra de Chissano, mas...

**6.** E esse «mas...» resulta da conjuntura militar. Como Chefe de Estado, Chissano poderá ter de optar por uma posição «acima dos Partidos», isto é, acima das partes. De modo a convencer as oposições da sua imparcialidade. Por enquanto, não o conseguiu, nem o conseguirá enquanto for Presidente da Frelimo...

Porque, a verdade é que Chissano faz parte integrante da manobra vitoriosa que culminou com a aprovação da Constituição. Mais do que isso: porque é o seu principal beneficiário.

E a Renamo, percebendo que Chissano ainda pode «evoluir», tem o cuidado de não o «alvejar» directamente, mas não abdica de exercer pressão. Pressão que serve apenas como confissão mais aberta da sua derrota política. Quando desfia o rosário de acusações aparentemente técnicas, a Renamo (ou a sua delegação em Lisboa?) expõe-se como nunca.

Assim, em comunicado recente, contesta o **presidencialismo** da Nova Constituição, pela simples razão que sabe que **nunca conseguirá encontrar uma alternativa presidencial a Chissano**. À Renamo agradaria mais o parlamentarismo que colocaria Chissano como figura decorativa, assim a modos que um Mário Soares a cortar fitas. A Renamo contesta ainda o poder do Presidente nomear os Juizes máximos do Tribunal Supremo, porque sabe que serão nomeados por um Presidente da Frelimo, isto é, vindo da Frelimo, e que se chamará inevitavelmente Chissano. Se houvesse alguma hipótese de se chamar Dhlakama, a Renamo não acharia os poderes exorbitantes.

O «sector político» da Renamo (note-se: assente potencialmente em «juristas») preferia uma As-

sembleia Constituinte, isto é, uma Assembleia eleita segundo o critério da competência «jurídica». Porque, assim, os juristas moçambicanos, tradicionalmente antifrelimistas, seriam os autores da Constituição e fá-la-iam ao seu gosto. Não «estes» deputados, quase todos militantes da Frelimo, ignorantes das técnicas legais, mas teimosamente conscientes da sua difícil sobrevivência.

A Renamo vai ainda mais longe ao confessar implicitamente **não estar capaz de chegar a qualquer maioria que lhe permita governar**. Por isso é que censura o facto de não existirem nesta Constituição mecanismos que permitam à Assembleia fiscalizar o Governo (da Frelimo).

Conclusão: **a Renamo não só confessa que não tem nenhuma hipótese de eleger um Presidente, co-**

**mo não conseguirá ainda uma maioria na futura Assembleia. Terá de se contentar com uma minoria, um pequeno grupo de pressão contra um Presidente Todo-Poderoso.**

**7.** Ora, não foi apenas para isso que a Renamo «lutou» durante estes anos todos. Logo, uma de duas: **ou a Renamo completa a sua «confissão» de derrota política rendendo-se militarmente**

**também (o que significa ir às conversações e aceitar as condições da Frelimo), ou não o faz, e a guerra continuará (até à sua derrota efectiva no terreno?).**

Porque a terceira hipótese, a de um recuo total da Frelimo, anulando uma Constituição legalmente votada, **internacionalmente apoiada** e essencial para uma reeleição de Chissano bem como para a sobrevivência da Freli-

mo, não parece ser coisa de admitir.

**8.** A vitória da Frelimo e de Chissano foi portanto uma vitória de Pirro? Ou um elemento decisivo e final que vai levar a Renamo a desistir das suas posições?

Resta ainda outro tipo de pergunta, **uma terrível pergunta: e o Povo moçambicano, o que ganha com tudo isto?** Para além de ter tido a última opor-

tunidade de gozar a ilusão de uma participação democrática popular?

Talvez seja elucidativo, maugrado vir de um sector específico da população, citar a pergunta daquela vendedora do bazar a um correspondente da agência de informação IPS: «Não sei muito de política, mas se há novos partidos, terão lá lugar para as mulheres?»

Parafraseando: **haverá nisto lugar para o Povo?**